

CUT e demais centrais querem que quem pode mais pague mais em Reforma Tributária

Para ser justa, uma reforma tributária deve considerar a “capacidade contributiva” dos cidadãos, incluir a chamada progressividade dos impostos e rever impostos de consumo e sobre renda, além de aumentar a tributação sobre grandes heranças, lucros e dividendos. É o que defendem as centrais sindicais – oito delas divulgaram nota nesta segunda-feira (3). As centrais afirmam que, embora tenha aspectos positivos, a proposta em discussão da reforma tributária “ainda não ataca” questões como injustiça fiscal e regressividade, que afetam diretamente os mais pobres e trabalhadores de menor renda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a afirmar durante evento que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 está pronta para ser votada. “Eu confio muito na obviedade sobre a necessidade da reforma tributária. Não se há mais que argumentar que é preciso amadurecer um pouco mais. De tão madura ela já está na hora de ser apanhada do pé”, afirmou na semana passada, durante evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Políticas públicas, produção nacional e guerra fiscal

Segundo as centrais, o sistema deve ter simplificação, facilitar o financiamento de políticas públicas, estimular a produção nacional e acabar com a chamada guerra fiscal. Além disso, a reforma precisa respeitar o princípio constitucional da capacidade tributária. “Quem pode mais, contribui mais”, resumem.

O documento é assinado por CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central, Pública e UGT.

Confira a íntegra da nota:

POR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE GARANTA JUSTIÇA FISCAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Uma das principais causas dessa desigualdade é o sistema tributário brasileiro. Com uma estrutura regressiva que perpetua esse quadro (proporcionalmente os pobres pagam mais impostos que os ricos), o sistema é complexo, com elevada sonegação, alto número de exceções tributárias e subterfúgios para permitir que os mais ricos paguem menos, além de privilegiar a especulação e não a produção e o assalariamento. É um mecanismo que funciona como mais um entrave ao financiamento das políticas sociais em nível adequado e de forma perene, afetando toda a população, especialmente quem mais precisa.

O sistema tributário brasileiro é excessivamente concentrado nos chamados impostos indiretos (sobre consumo e ganhos do trabalho) ao invés de, como nos “países desenvolvidos”, ter os impostos diretos (imposto de renda, grandes fortunas, heranças, sobre a terra, patrimônio em geral etc.) como a maior fonte da arrecadação. No Brasil, os impostos diretos, que são muito mais eficientes em distinguir ricos de pobres, são menos utilizados que os impostos indiretos, que, por incidirem sobre o consumo de bens e serviços, têm pouco poder de diferenciar renda. No país, há diversas ausências tributárias de impostos diretos: na falta de cobrança de tributos sobre a propriedade de jatinhos e lanchas e/ou outros bens supérfluos; na isenção sobre ganhos de dividendos, sobre distribuição de lucros aos

acionistas ou remessas de lucros ao exterior (enquanto o imposto de renda do assalariado é descontado diretamente na folha de pagamento – “na fonte”); com a existência de poucas faixas de IR e falta de atualização dos valores.

Dessa forma, defendemos uma reforma tributária em sintonia com o seguinte princípio apresentado na Pauta da Classe Trabalhadora, entregue ao presidente Lula durante a campanha eleitoral:

“Reformar o sistema tributário e orientá-lo pela capacidade contributiva de cada brasileiro e brasileira; pela progressividade dos impostos; pela revisão dos impostos de consumo e dos impostos sobre renda e patrimônio, aumento da tributação sobre grandes heranças e riquezas, lucros e dividendos.”

Assim, reafirmamos que a reforma tributária também deve se orientar pelos seguintes princípios:

- Simplificação, com redução das exceções (isenções), fim da cumulatividade e punição exemplar à sonegação;
- Garantia de financiamento às políticas sociais, em especial, educação e seguridade social (saúde, previdência e assistência social);
- Estímulo à produção nacional alinhada a uma visão de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, de forma que todo benefício fiscal deve envolver contrapartidas sociais por parte de quem os recebe, especialmente referentes à geração de postos de trabalho, a investimentos e arrecadação de impostos;
- Fim da guerra fiscal, com equalização maior do sistema, a fim de evitar a competição entre unidades da Federação.

Leia mais: 10 pontos para uma tributação mais justa



É preciso parar a máquina de guerra israelense

Até quando a comunidade internacional vai tratar os conflitos entre nações com viés ideológico? Não é possível que Israel continue a promover um verdadeiro genocídio nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza impunemente.

A União Europeia e os Estados Unidos – aliados de primeira hora – continuam a dar suporte para as ações criminosas do governo de ultra direita de Israel com a desculpa de que Israel tem o direito de defender-se.

Desta vez, para desviar o foco da grande pressão interna que o governo vem sofrendo por tentar usurpar poderes do judiciário, o exército israelense

iniciou a maior ofensiva aérea dos últimos vinte anos nos territórios palestinos ocupados, ferindo dezenas de pessoas e assassinando pelo menos dez palestinos.

As autoridades israelenses anunciaram mais essa carnificina com a justificativa da necessidade de realizar uma grande ação de esforço contra o terrorismo. Para isso, foram usados drones, mísseis e centenas de soldados que invadiram na manhã de ontem, 3, o campo de refugiados de Jenin, um dos mais densamente povoados da região, causando morte e dor.

A comunidade internacional precisa agir imediatamente para salvar o povo palestino de mais essa agressão criminosa do

governo de Israel. Tal qual o povo ucraniano, os palestinos têm o direito de existir enquanto Estado independente e livre, com segurança para viver com suas famílias.

Não é aceitável que somente alguns agressores sejam punidos e sofram sanções econômicas, como é o caso da Rússia e Irã para citar pelo menos dois, enquanto Israel invade, ocupa e mata sem sofrer qualquer punição. Não podemos aceitar que as vidas dos brancos europeus sejam mais importantes ou valiosas que as vidas palestinas.

Parem a máquina de guerra israelense já!

Fonte: ricardomilan.blogspot.com

Marcha das Margaridas 2023

A marcha das margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina.

Doe e contribua com a edição de 2023:
pela reconstrução do nosso país e pelo bem viver!

